

ÍNDICE

**CAPÍTULO 1
DO INQUÉRITO POLICIAL**

1. Razão de ser do inquérito	1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da polícia judiciária	2
3. Fixação das atribuições da Polícia Judiciária	2
4. Finalidade do inquérito policial	2
5. Caracteres do inquérito policial	3
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7. Prazo para a conclusão do inquérito	6
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	6
9. É indispensável o inquérito?	6
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	7
11. O relatório	7
12. A condução coercitiva do indiciado	7
13. Como se inicia o inquérito policial?	7
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	8
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	10
16. Modelo de portaria. Observações	11
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	13
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	14
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	15
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	18
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	20
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	22

**CAPÍTULO 2
DA PRISÃO EM FLAGRANTE**

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	28
2. Sentido da expressão "flagrante delito"	30
3. Fundamento da prisão em flagrante	31
4. As modalidades de flagrante	32
5. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	32
6. A prisão em flagrante como ato administrativo	34

7. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	34
8. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	35
9. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	36
10. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado através de auto de prisão em flagrante	36
11. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	37
12. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	37
13. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	38
14. Observações sobre a prisão em flagrante	38
15. Casos de inafiançabilidade	45

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções	46
2. Conceito	48
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	48
4. Característicos	49
5. Princípios	51
6. Divisão da jurisdição	52
7. Competência	53
8. Delimitação do poder de julgar	54
9. Onde a causa penal deve ser julgada?	55
10. Prerrogativa de função	57
11. Conexão e continência	58

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação	60
2. O processo	61
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios	62
4. Ação penal: conceito	63
5. Classificação subjetiva da ação penal	63
6. Como se inicia a ação penal: através da denúncia ou queixa	64
7. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	64
8. Condições específicas da ação	66
9. Rejeição da denúncia ou queixa	67
10. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	68
11. Pode o Promotor desistir da ação penal?	69
12. Como se instaura o processo	69

13. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	69
14. Que deve conter a denúncia?	70
15. Modelo de denúncia	70
16. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	71
17. Prazos para a denúncia	72
18. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	72
19. Outras observações	74
20. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências ...	75
21. Observações	76
22. Pode a autoridade policial deixar de realizá-las?	76
23. Pedido de arquivamento: modelo	77
24. Observações	77
25. Arguição de incompetência: modelo	80
26. Conflito de atribuições e de competência	82

CAPÍTULO 5 DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	87
2. A decadência do direito de queixa	89
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	90
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	92
5. O perdão	92
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	93
7. As custas do processo	96
8. Modelo de queixa	97
9. Modelo de procuração	98

CAPÍTULO 6 DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	99
2. Exemplo de defesa prévia	100
3. Observações sobre a defesa prévia	100

CAPÍTULO 7 DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	105
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	105

3.	A função do assistente	106
4.	Ouvida do Ministério Público	107
5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	107
6.	Atividade do assistente	107
7.	Em que hipóteses pode recorrer?	108
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	109
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente?	110
10.	A intimação da sentença	111
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente	111
12.	Modelo de procuração	112

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1.	O fato típico	113
2.	A antijuridicidade	114
3.	A culpabilidade	115
4.	A imputabilidade	115
5.	A importância do exame de sanidade	116
6.	Critérios para aferir a inimputabilidade	116
7.	Os menores de 18 anos	117
8.	Os doentes mentais	117
9.	A embriaguez	118
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico	119
11.	Como se comprova a inimputabilidade?	120
12.	Oportunidade para o exame de insanidade	121
13.	Legitimidade	122
14.	Procedimento	122
15.	Formulação dos quesitos	123
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração	124
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia?	125

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento	126
2.	Processo e procedimento	126
3.	Procedimento nas hipóteses de foro privilegiado	128
4.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	135
5.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	137
6.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase	138
7.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	140
8.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	143

9.	A competência do Tribunal do Júri	149
10.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	149
11.	Organização e funcionamento do Júri	154
12.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	172
13.	Modelo de sentença absolutória. Observação	173
14.	Modelo de sentença condenatória. Observação	174
15.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observação	175
16.	Questionário	179

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares	192
2.	O foro competente	193
3.	O inquérito judicial	193
4.	É contraditório este inquérito?	194
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propo- situra da ação no juízo criminal?	196
6.	Quando é possível a denúncia no juízo criminal	196
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial	198
8.	Prazos	199
9.	A importância da sentença declaratória da falência	201
10.	A ação penal nas pequenas falências	203
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa	205
12.	Os prazos prescricionais	206
13.	O procedimento	207
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	209
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais	210
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observações	212
17.	Entorpecentes. Observações	215
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	222
19.	Os crimes contra a fauna	222

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção .	224
2.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	225
3.	O procedimento dos processos por homicídios e lesões corporais culposos	226
4.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	226

5.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observações	227
6.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	229
7.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	229
8.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	230
9.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	230
10.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	234
11.	Crimes contra a honra: procedimento	236
12.	Entorpecentes	242

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares	243
2.	O procedimento comum para as contravenções	243
3.	O procedimento especial	244
4.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	245
5.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	246

CAPÍTULO 13

DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo	249
2.	Observações sobre as alegações finais	250
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados "processos sumários". Observações	252

CAPÍTULO 14

DA SENTENÇA

1.	Sentença absolutória: exemplo	255
2.	Sentença condenatória: exemplo	256
3.	Observações sobre a sentença	258

CAPÍTULO 15

DO LIBELO

1.	Noções sobre o libelo	271
2.	Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	272
3.	Exemplo de libelo	272

4. Observações sobre o libelo	273
5. Libelo em série. Observações	273
6. Outros modelos. Observações	275
7. Contrariedade do libelo. Observações	277

CAPÍTULO 16 DAS NULIDADES

1. Noções sobre atipicidade do ato processual	278
2. Inexistência, nulidade e irregularidade do ato processual	279
3. Nulidade absoluta	280
4. Nulidade relativa	280
5. Atos essenciais ou estruturais	281
6. Atos não-essenciais	281
7. Formalidades essenciais	284
8. Outra observação sobre nulidade absoluta	286
9. Momento para a arguição da nulidade	287

CAPÍTULO 17 DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	288
2. Fundamento	289
3. Pressupostos lógico e fundamental	290
4. Classificação da sucumbência	291
5. Pressupostos recursais objetivos	293
6. Pressupostos recursais subjetivos	299
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação	300
8. Extinção anormal dos recursos	300
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	301
10. Recursos voluntários e necessários	302
11. Efeitos dos recursos	304

CAPÍTULO 18 DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	306
2. Exemplo de razões. Observações	307
3. Exemplo de contra-razões	308
4. Observações	309
5. O recurso em sentido estrito	311
6. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581	312

7.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	312
8.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	312
9.	Prazo para razões e contra-razões	313
10.	Pode o Juiz retratar-se?	314
11.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	314
12.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	315
13.	Quando é que o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça?	315
14.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada?	316
15.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito	318
16.	Modelo de interposição de recurso "por termo nos autos" (recurso interposto oralmente)	321

CAPÍTULO 19

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo	323
2.	Exemplo de razões. Observação	324
3.	Exemplo de contra-razões	325
4.	Noções	328
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	328
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	329
7.	Como se interpõe a apelação?	329
8.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	330
9.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	331
10.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	331
11.	A quem é endereçado o recurso de apelo?	332
12.	Apelação plena e limitada	332
13.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	333
14.	Pressupostos próprios do recurso de apelo	333
15.	Extinção anormal da apelação	339
16.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescisorium</i> ?	340
17.	A apelação sobe nos próprios autos?	343
18.	O § 4.º do art. 593	343
19.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	344
20.	Apelação sumária e apelação ordinária	344
21.	Efeitos do recurso de apelação	345
22.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	346
23.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	346

CAPÍTULO 20
DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	352
2. Noções	352
3. É exclusivo da defesa?	353
4. Quando cabe	353
5. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	354
6. Pode a defesa protestar e apelar?	356
7. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	356
8. Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?	357
9. Razão histórica do protesto	357
10. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	360
11. Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	361

CAPÍTULO 21
DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação ..	362
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	364
3. Considerações preliminares	366
4. Os embargos infringentes e de nulidade	367
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	367
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não-unânime de segunda instância?	369
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar ...	370
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	370
9. Os embargos no STF	371
10. Os embargos no STJ	372

CAPÍTULO 22
DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	373
2. Generalidades	374
3. Quando podem ser opostos	374
4. A quem são dirigidos	374
5. Procedimento	375
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento	375

7. Quem pode interpor os embargos?	377
8. Quem os julga?	377
9. Os embargos na inferior instância	377
10. Retratabilidade	377
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	377
12. Extensão dos embargos declaratórios	379

CAPÍTULO 23

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observações ...	380
2. Exemplo de razões	381
3. Exemplo de contra-razões	383
4. Observações sobre a carta testemunhável	384
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	385
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável	386
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	387
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	388
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	388
10. Razões históricas da carta testemunhável	388
11. Como se conta o prazo	388

CAPÍTULO 24

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	390
2. Exemplo de razões	391
3. Exemplo de contra-razões	392
4. Generalidades	393
5. Cabimento	393
6. Admite-se a correição no processo civil?	394
7. Origem	395
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo	395
9. É inconstitucional?	395
10. É recurso?	396
11. Procedimento	396

CAPÍTULO 25

DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	399
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	401

3.	É o <i>habeas corpus</i> um recurso?	402
4.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	402
5.	Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?	403
6.	Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	404
7.	Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	404
8.	A competência originária	404
9.	A competência recursal	408
10.	Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	410
11.	Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	410
12.	Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	410
13.	Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	411
14.	Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	412
15.	As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	413
16.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao Tribunal de Alçada	413
17.	Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	416
18.	A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	416
19.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao Superior Tribunal de Justiça	417
20.	Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	418
21.	Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	419
22.	Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	420
23.	E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	420
24.	Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	420
25.	E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada?	421
26.	Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	421
27.	O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	422
28.	Finalidade do <i>habeas corpus</i>	425
29.	Apresentação do paciente	425
30.	Sanções	426
31.	Pedido de informações	426
32.	Intervenção do Ministério Público	426
33.	Como pode ser impetrada a ordem?	427
34.	Concessão	427
35.	Não-cabimento	428
36.	O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	428
37.	Foi a palavra "iminência", contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	429
38.	Liminar em <i>habeas corpus</i>	429

CAPÍTULO 26
DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	432
2. Exemplo das razões. Observação	432
3. Exemplo de parecer da Procuradoria	436
4. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	436
5. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, b, da Magna Carta	437
6. O recurso ordinário-constitucional	438
7. Procedimento	439

CAPÍTULO 27
DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	441
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	442
3. Generalidades	443
4. O erro judiciário e a coisa julgada	445
5. A revisão <i>pro societate</i>	446
6. A revisão criminal no Brasil	447
7. A natureza jurídica	448
8. Pressuposto primordial da revisão	449
9. Oportunidade	449
10. Legitimidade	450
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão?	452
12. A revisão e a decisão do Júri	452
13. Competência	453
14. Os fundamentos do pedido	455
15. Extinção da punibilidade	456
16. Unificação de penas	457
17. Revisão para aumentar a pena	458
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	458
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	459
20. Conversão em diligência	459
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	460
22. Absolvição e revisão	460
23. Prazo	461
24. O pedido	461
25. Procedimento	462
26. Julgamento	463
27. Improcedência	463
28. Procedência	464
29. Conseqüências	464

30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	465
31. Reiteração	467
32. Sentença estrangeira	468
33. A Justiça Eleitoral	468
34. Morte do condenado	468
35. A indenização. Nota	469

CAPÍTULO 28

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	471
2. Recurso extraordinário: conceito	471
3. A denominação “extraordinário”	473
4. Outras funções do STF	473
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?	474
6. Legitimidade	474
7. Procedimento	475
8. Denegação. Recurso oponível	476
9. Deve o agravo de instrumento obedecer às disposições do CPC ab-rogado?	477
10. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	477
11. Problemas especiais	478
12. Recurso extraordinário e recurso especial	479
13. Modelos	479
14. Súmulas do STF relacionadas com o recurso extraordinário	482

CAPÍTULO 29

DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial	484
2. Quando cabe	484
3. Finalidade	486
4. Procedimento	487
5. Denegação	488
6. Outras funções do STJ	488
7. Modelos	489

CAPÍTULO 30

DOS AGRAVOS

1. Modelos de agravo de instrumento	497
2. Os agravos no processo penal	503
3. O agravo de instrumento	503

4. O agravo inominado	505
5. O agravo regimental	506
6. O recurso inominado	507